CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER N° 219/71

Aprovado em 14/6/1971

Favorável ao programa Especial de Bolsas de Estudo - PEBE, devendo-se aguardar, para pronunciamento definitivo, a abalizada opinião da Coordenadoria do Ensino Técnico.

PROCESSO CEE- N° 348/71.

INTERESSADO - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.

CÂMARA DE PLANEJAMENTO.

RELATOR - Conselheiro OLAVO BAPTISTA FILHO.

O Presidente do Programa Especial de Bolsas de Estudo, Sr. Francisco Gago Lourenço Filho, dirigiu-se a este Colegiado, solicitando pronunciamento sobre o programa de concessão de bolsas de estudo reembolsáveis a alunos de cursos técnicos colegiais. Ao mesmo tempo pede o apoio deste Conselho às programações do projeto e a adoção de medidas que se façam necessárias.

O PEBE encaminhou também para conhecimento, cópia da circular enviada aos Colégios Técnicos, na qual são feitas considerações várias sobre a importância do programa e também são inseridas as instruções para concessão.

Feita a apresentação do caso, passo a fazer algumas considerações sobre o assunto relevante das bolsas de estudos.

Preceito da Constituição brasileira estabelece o princípio da cobrança de anuidades no ensino médio e no ensino superior. A matéria ainda não sofreu qualquer tratamento jurídico que venha a facilitar a aplicação ampla do preceito. Grande parte do ensino médio no país, é mantido pelo poder público. São Paulo sustenta uma vasta rede de estabelecimentos médios integralmente suportados pelo tesouro estadual. Na área do ensino técnico tem havido considerável expansão da rede. O acesso do estudante a estes estabelecimentos é livre de qualquer ônus.

O problema da manutenção do jovem na escola apresenta três aspectos distintos que cabe considerar, a saber: os preços das anuidades e serviços educacionais, a subsistência e o atendimento indispensável às despesas com aquisição de livros e material escolar. Mesmo quando a escola é gratuita, ainda há a observar custos paralelos irremovíveis. Por isso, considero importante que as bolsas de estudo sejam distribuídas em 3 grupos, correspondendo cada um deles às seguintes necessidades: anuidades, subsistência e livros mais material escolar.

No caso em espécie parece que a bolsa se destina à subsistência, embora não haja informação que esclareça a sua natureza.

Considero o Programa de grande significação, devendo ser aproveitado na medida do possível pelos estabelecimentos de ensino técnico. Já que será a estes que serão entregues os recursos para o atendimento do programa. Sou de opinião que o Conselho Estadual de Educação deve manifestar-se favorável ao PEBE.

Para falar das medidas que se façam necessárias ao desenvolvimento do Programa, acho conveniente enviar o protocolado à Coordenadoria do Ensino Técnico, a fim de receber a sábia manifestação daquele órgão.

Reconheço a necessidade de se firmarem normas gerais sobre concessão de bolsas de estudo, necessidade esta que se torna imperativa à vista do preceito constitucional, entretanto, é importante aguardar a legislação federal sobre a matéria.

De qualquer forma acho que este Conselho deverá, em resposta à consulta dirigida pelo PEBE, e aguardar a abalizada opinião da Coordenadoria do Ensino Técnico.

Sala das Sessões da Câmara de Planejamento.
em 7 de junho de 1971

(aa) Conselheiro ELOYRIO R. DA SILVA - Vice Presidente em
exercício.

Conselheiro OLAVO BAPTISTA FILHO - Relator

Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES

Conselheiro JOSÉ BONIFÁCIO A. e SILVA JARDIM

Conselheiro PÉRSIO FURQUIM REBOUÇAS